

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Oranetim

Class.: 27

Data: maio/83



Ibes Menino, vice-cacique dos Wasú

Jagunço de fazenda mata pai-de-família dos Wasú

A situação nossa está difícil e pode haver mais mortes a qualquer instante, se a Funai não tomar uma medida efetiva. Essa declaração de Ibes Menino de Freitas, vice-cacique do povo Wasú, de Alagoas, define a insegurança que seu povo está vivendo nas últimas semanas, devido às constantes ameaças dos fazendeiros que querem tirar-lhe o restante das terras. De 57 mil alqueires doados por D. Pedro II, o povo Wasú tem hoje apenas 320 alqueires de terras pouco produtivas.

Na Aldeia Cocal, município de Joaquim Gomes, distante aproximadamente 100 Km de Maceió, o clima era tenso desde o dia 28 de março, quando um pelotão de choque e quatro agentes da Polícia Federal precisaram ir até a área para proteger os índios contra as ameaças dos pistoleiros. No dia 7 de abril, a situação piorou, pois um pistoleiro, conhecido como Ednaldo Pedro, matou o índio João Manoel dos Santos, de 33 anos e pai de cinco filhos.

Aparentemente está tudo calmo agora, mas, segundo o vice-cacique dos Wasú, "para que haja paz, realmente, os fazendeiros têm de ser retirados imediatamente da nossa área". Ibes advertiu ainda que tudo está calmo enquanto a Funai estiver se pronunciando sobre o assunto e que eles continuarão reivindicando a imediata demarcação de suas terras, pois só isso poderá impedir novos crimes.

INVASÃO

A invasão das terras dos Wasú começou em 1905 e foi registrada pelos jornais da época. Tudo se agravou com a construção da BR-101, que liga Maceió a Recife, dividindo as terras ao meio. Depois da estrada, muitos fazendeiros começaram a entrar em suas terras.

Os invasores recentes —

Manoel Cavalcante ("Nezinho Doca"), Severino Clarindo, Amaro Batista e José Roque —, que são os causadores dos problemas atuais, estão lá desde 1977. E, segundo Ibes Menino, "esses a Funai tem a obrigação de tirar de lá, pois desde 28/11/79 temos de ter o apoio jurídico dela, já que neste dia fomos reconhecidos como índios pela Portaria 797".

A Funai reconheceu os direitos que essa nação tem, mas até agora não implantou a estrutura administrativa necessária na Aldeia Cocal, pois alega sempre que não há verba. O órgão tutor também não fez a demarcação das terras, que é a principal reivindicação dos Wasú.

Diante da situação de miséria em que vivem os índios do Brasil e diante do assassinato de João Manoel, a Comissão Pró-Índio da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos manifestou seu repúdio, atribuindo o crime "à ganância e à cobiça" de uma minoria oligárquica". A CPI-AL solidarizou-se com todas as comunidades indígenas do Estado, especialmente os Wasú, nesta hora de luto. A nota diz ainda: "Esperamos que a Comissão de Estudos Indigenistas, constituída em tempo pelo governo do Estado, seja a garantia de justiça diante da opinião pública, ao reconhecer os direitos históricos dos índios, sempre ansiosos para viver em paz na terra das Alagoas".

Segundo Ibes, "a morte do índio não vai ser esquecida. A Funai tem por obrigação conseguir uma solução para o problema. Morreu um irmão nosso e a situação é grave. Ele deixou cinco filhos menores passando fome. Não existe contorno para a morte do nosso irmão, mas existem posições que a Funai tem de tomar e nós esperamos que ela faça isso. Do contrário, haverá mais mortes".